

ATA N.º 1/2017**Data da reunião ordinária: 02-01-2017****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 16:00 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:****Operações Orçamentais:****Operações não Orçamentais:**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

Desejou um Bom Ano a todos.

a) Presente a informação de atividades desenvolvidas pelo Presidente e Executivo, no período de 19 de dezembro (tarde) a 02 de janeiro de 2017:

«Após a reunião de Câmara Municipal realizada no dia **19 de dezembro de 2016**, decorreu o *tradicional Convívio de Natal dos funcionários da CME*, no Pavilhão Desportivo Municipal, com espetáculo para as crianças, presença do Pai Natal na distribuição das prendas e lanche organizado pela Casa de Pessoal da CME. **Estive presente** em conjunto com o *Executivo a tempo inteiro*, a *Vereadora Isilda Aguincha* e o *Vereador Carlos Matias*.

Em face do convite formulado pelo *Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento*, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, em minha representação, e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, estiveram presentes no *Almoço de Natal*, ocorrido no dia **20 de dezembro de 2016**, na sala polivalente da Escola Secundária.

Na sequência do convite formulado pelos *utentes do Centro de Convívio da 3.ª Idade*, **estive presente**, em conjunto com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, no *Almoço de Natal*, realizado no dia **21 de dezembro de 2016**, no Restaurante “O Retornado”.

Ainda nesse dia, foram distribuídos, nos Serviços da Ação Social, *Cabazes de Natal oferecidos pela CME*, a cerca de *140 famílias carenciadas do nosso Concelho*, com o intuito de proporcionar uma quadra natalícia mais condigna.

No âmbito do Projeto “*Crescer na Cidade*”, promovido pela CME em parceria com o CLDS 3G, realizou-se no dia **22 de dezembro de 2016**, a *Festa de Natal*, para as crianças do Pólo 1 e 2, no Centro Cultural do Entroncamento. O momento alto deu-se com a chegada do Pai Natal, tendo sido distribuídos os presentes e diplomas de participação pela **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**.

Ainda nesse dia, na sequência da Convocatória recebida da CIMT, esteve presente o *Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa*, na reunião de trabalho relativamente à *operacionalização do projeto de Programação Cultural em Rede CAMINHOS* envolvido no ciclo Caminhos de Ferro, na sede, em Tomar.

Na tarde do dia **24 de dezembro de 2016**, **desloquei-me** às instalações da *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento* e da *Polícia de Segurança Pública*, em conjunto com o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, para transmitir uma mensagem de Boas Festas e entregar Bolos Rei a todos os elementos que se encontravam de serviço.

Na manhã do dia **27 de dezembro de 2016**, na sequência da Convocatória recebida da *Associação de Municípios do Vale do Tejo*, **estive presente**, na *reunião da Assembleia Intermunicipal*, no auditório do Museu Distrital de Santarém.

Nessa mesma tarde, decorreu a *reunião extraordinária da CME*, na Sala de Sessões, tendo sido discutido e aprovados elementos relativos à execução de um

conjunto de empreitadas estruturantes para o presente e futuro do nosso Concelho: *recuperação do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola EB 2/3 Dr. Ruy d'Andrade; requalificação de espaços verdes – Largo da Fraternidade, Rua José Afonso, Rua Cidade de Penafiel; reabilitação do Mercado Municipal; reabilitação do Cineteatro S. João e edifício contíguo.*

Ainda nessa noite, realizou-se o *Jantar de Natal* de convívio entre o *Executivo camarário, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente das Juntas de Freguesia de São João Baptista e Nossa Senhora de Fátima; Presidente das Assembleias de Freguesia e elementos do órgão executivo das mesmas*, no restaurante “*Bonito by Trincanela*”.

Nos dias 29 e 30 de dezembro de 2016, estive ausente, no gozo de dias de férias.

No dia ***29 de dezembro de 2016***, em face da Convocatória recebida da *Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.*, o Vereador Carlos Amaro, esteve presente na *reunião da Assembleia Geral Extraordinária*, no Parque de Negócios, no Cartaxo.

No dia ***31 de dezembro de 2016***, o ***Vereador Dr. Carlos Amaro***, deslocou-se às instalações da *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento* e da *Polícia de Segurança Pública*, para transmitir uma mensagem de celebração da noite de Passagem de Ano e entregar bolos rei a todos os elementos que se encontravam de serviço.»

b) Referiu que foram efetuadas as candidaturas ao quadro de fundos comunitários dos quatro processos aprovados na reunião extraordinária, de 27 de dezembro findo.

O projeto da ciclovia está a ser finalizado e prevê-se que ainda no início deste ano se faça a candidatura.

c) Sobre o Património que pertencia à Assembleia Distrital de Santarém, informou que foi transferido para a Associação de Municípios do Vale do Tejo, dos quais fazem parte os edifícios do arquivo Distrital de Santarém e a Colónia Balnear da Nazaré, este último está em fase de estudo a sua recuperação e requalificação, não há certeza de que possa ser enquadrado em candidatura aos fundos comunitários. Também foram integradas nesta Associação as funcionárias que faziam parte da Assembleia Distrital de Santarém.

d) Também, referiu que já recebeu o despacho favorável do Sr. Secretário de Estado da anulação da faturação que tinha sido processada indevidamente pela Águas do Centro.

2 – VEREADORA SR. CARLOS MATIAS

Começou por desejar um Bom Ano

Relativamente ao Património da extinta Assembleia Distrital de Santarém e que foi transferido para a Associação de Municípios do Vale do Tejo, de que fazem o arquivo Distrital e a Colónia Balnear da Nazaré, questiona se o ativo financeiro cerca de (721.000€), que fazia parte da Assembleia Distrital também foi transferido. Acerca da Colónia Balnear da Nazaré, fez referência que é um edifício que se encontra bastante degradado, e em 2011, já tinha sido anunciado, pelo Presidente da Assembleia Distrital de Santarém, de um projeto de reabilitação que rondava

entre os 2 (milhões euros) a 2,5 (milhões euros), se houver a possibilidade de recorrer a fundos comunitários, entende que haverá condições para a recuperação deste edifício.

O Exmo. Presidente, relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Matias, esclareceu que o património é composto pelos bens ativos e passivos e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria regularizou todo o património da Assembleia Distrital de Santarém.

Acerca do edifício da Colónia Balnear da Nazaré, está a ser reavaliado o projeto, não sabe se poderá haver apoio de fundos comunitários, este edifício está inserido na área de reabilitação urbana da Nazaré, de modo a se poder formalizar uma candidatura aos fundos comunitários.

Caso, não seja possível concretizar, os apoios comunitários com a candidatura de reabilitação urbana, entende que os 19 municípios que constituem a Associação de Municípios do Vale do Tejo, que englobam 2 CCDR's, terão condições de conseguir apoios comunitários para este projeto.

Ainda, está previsto a criação de um estacionamento subterrâneo, para colmatar a falta de estacionamento naquela zona, e definir o uso que os municípios irão adequar para rentabilizar a sua exploração.

3 – VEREADORA SRA. ISILDA AGUINCHA

Também, desejou a todos um Bom Ano.

Em relação à transferência do património da Assembleia Distrital de Santarém para AMVT, congratulou-se pela evolução deste processo, no momento de desinteresse de alguns municípios desta Assembleia de que nem conseguia reunir para aprovar contas, teve a oportunidade de participar numa das sessões, na Colónia Balnear da Nazaré.

É um edifício que merece ser olhado, tratado e aproveitado, não só pelo valor que tinha para os municípios, mas também pela localização que tem que é muito central e muito atrativa e pode ter um grande potencial, para ajudar os municípios como também para compensar o investimento.

Recorda que à cerca de cinco anos, havia recursos para suportar a comparticipação financeira para o projeto de reabilitação da Colónia Balnear da Nazaré, espera que seja possível dar continuidade a esse ou outro projeto, dado que surgiram outras oportunidades, como a criação do parque de estacionamento.

Manifestou com agrado, o regresso das funcionárias que estavam na antiga Assembleia Distrital à Associação de Municípios do Vale do Tejo.

4 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

Salientou que teve a oportunidade de estar em algumas reuniões sobre o edifício da Colónia Balnear da Nazaré e o que se notava era a falta de interesse dos municípios na participação da Assembleia Distrital de Santarém.

Regozija-se com a recuperação deste património.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 19 dezembro de 2016, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

13756/16 – GRUPO PARLAMENTAR OS VERDES – PROJETO DE RESOLUÇÃO – GARANTIA DE UMA ESCOLA INCLUSIVA, ATRAVÉS DA PROMOÇÃO DA LÍNGUA GESTUAL

- E-mail de 22 de dezembro findo, do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, a enviar o Projeto de Resolução apresentado na Assembleia da República, sobre a garantia de uma escola inclusiva, através da promoção da língua gestual.
- A Câmara tomou conhecimento.

PONTO 2

13897/16 – DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO – PEDIDO DE PARECER PARA UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DE SOLOS DA RAN – PROC.º N.º 529/2016 – ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO

- E-mail de 27 de dezembro findo, da DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a solicitar o parecer desta Câmara de acordo com os n.ºs 1 e 4 do art.º 23.º do DL 73/2009, de 31/3 (Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional) relativo ao processo n.º 529/ERRALVT/2016 – Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., a remeter à Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo.

Sobre este assunto o Técnico Superior, Eng.º João Fernandes, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, prestou a seguinte informação:

«Tratando-se de uma obra de interesse público deverá o órgão executivo da CME deliberar no sentido de se desafetar da RAN os terrenos com esta classificação, e que são necessários à implantação e construção da referida empreitada.

Os terrenos em causa são:

- 514.0m² para implantação do reservatório, e toda a sua área vedada.
- 195.0m² para implantação da adutora (ADT-1.4), entre os perfis 160 e 169.
- 38.0 m² para implantação do coletor de águas residuais pluviais.»
- A Câmara, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável para utilização não agrícola de solos da RAN, de acordo com a informação.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

13549/16 – SPORT LISBOA E BENFICA – ESCOLA DE TRIATLO – PROTOCOLO

- E-mail de 14 de dezembro findo, de Sport Lisboa e Benfica, a enviar uma proposta de protocolo a celebrar com esta Câmara, no sentido de regular o funcionamento da Escola de Triatlo do Sport Lisboa e Benfica sediada no Entroncamento.
- A Câmara, após os esclarecimentos prestados pelo Exmo. Presidente, deliberou por unanimidade, aprovar o protocolo.
- Os Vereadores Srs. Carlos Matias e Isilda Aguincha, fizeram as intervenções que se encontram no anexo (3.1) da presente ata.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4

13517/16 – ASSOCIAÇÃO DOS LARES FERROVIÁRIOS - CLDS – 3G – NATAL INTERCULTURAL – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS ESPECIAL DE RUÍDO E DE RECINTO IMPROVISADO

- Requerimento em nome da Associação dos Lares Ferroviários no Entroncamento – CLDS – 3G, a solicitar a isenção do pagamento das taxas especial de ruído e de recinto improvisado, para realização da atividade do Natal Intercultural, no dia 18 de dezembro findo, das 14h às 20h, no Centro Cultural.
- A Câmara, deliberou por unanimidade, isentar a Associação dos Lares Ferroviários, do pagamento das taxas especial de ruído e de recinto improvisado.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 5

4068/12 – PROPOSTA – CONTRATO PROMESSA DE PERMUTA CELEBRADO A 7 DE MARÇO DE 2012 E RESPECTIVA ADENDA CELEBRADA A 13 DE NOVEMBRO DE 2012

- Do Exmo. Presidente, foi presente a seguinte proposta:
«Contrato Promessa de Permuta celebrado a 7 de março de 2012 e respectiva Adenda celebrada a 13 de novembro de 2012
- Considerando a extraordinária valia para o património do Município que o atual edifício da Escola das Tílias representa na memória, no imaginário e na cultura do povo do Entroncamento;
- Considerando que a solução arquitetónica definida no Contrato Promessa de Permuta é uma solução urbanística que vai agravar a densidade demográfica da zona, já de si saturada, piorando a qualidade de vida dos moradores;
- Considerando os resultados da consulta efetuada às restantes forças políticas representadas nos órgãos autárquicos, assim como da auscultação pública que ocorreu no dia 19 de novembro (anexo 73 a 74);
- Considerando a cronologia do processo, descrita no anexo 75, do presente registo;

Proponho que o Executivo Municipal delibere:

- 1) Dar cumprimento ao contrato promessa de permuta celebrado a 7 de março de 2012 e respectiva adenda de 13 de novembro de 2012;
 - 2) Dar início às diligências necessárias tendo em vista o processo de loteamento de acordo com o desenho anexo, anexo 77:
 - i) Inclui dois edifícios de apartamentos,
 - ii) Com área de implantação de 600.00 m²,
 - iii) Estes edifícios serão constituídos por R/c e 1,2 e 3 P, num total de área de construção de 2400.00 m²,
 - iv) Cave e s/cave para estacionamento num total de 1200.00 m²,
 - v) Correspondendo a uma tipologia T2 e T3,
 - vi) Com o número de fogos correspondente a 23 apartamentos.
 - 3) Tendo presente que a área em m² de construção, constante na proposta anexa ao Contrato de Promessa de Permuta celebrado em 2012 é de 142 m² por fogo e que no atual desenho a área de 2400 m² corresponderia apenas a 17 fogos, propõe-se que, ao abrigo da cláusula 7, do referido Contrato Promessa, se proceda à indemnização pela área não construída, respeitante aos 30 fogos em falta (30 x 12 400,00), no valor global de € 372 000,00.
 - 4) Proceder ao pagamento do valor indemnizatório em 8 prestações semestrais no valor unitário de € 46 500,00.»
- A Câmara, deliberou por maioria, aprovar esta proposta.

Os Vereadores Srs. Isilda Aguincha, Carlos Matias e o Exmo. Presidente, fizeram as intervenções que encontram no anexo (5.1) da presente ata.

6 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Matias, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 1 voto contra da Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha que fez a seguinte declaração de voto:

«O contrato promessa de permuta sobre o qual nos é proposta uma deliberação visou satisfazer uma necessidade da nossa população, mais especificamente das nossas crianças, foi objeto de intervenção/avaliação dos técnicos do município e foi aprovado pela unanimidade das forças políticas em reunião de Câmara de 19 de março de 2012. Foi, depois, presente a reunião da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2012, tendo sido aprovada com 7 votos contra (dos dois eleitos da CDU e de 5 dos eleitos do PS na Assembleia Municipal).

Analisando a documentação recebida, relativamente a este ponto da Ordem do Dia, e à intervenção realizada pela proprietária dos terrenos na última Assembleia Municipal, é nosso entendimento que é expectável que o contrato em apreço seja cumprido, na sequência das diligências que levaram à sua realização e porque essas diligências, a negociação, têm implícita a boa-fé entre as partes e que uma autarquia, independentemente dos protagonistas do momento, é entidade de bem.

A proposta que o Sr. Presidente apresentou, e que revela a não existência de acordo entre as partes para o cumprimento do estipulado aquando da subscrição do contrato, firmado de acordo com as devidas autorizações legais da Câmara e da Assembleia Municipal, defrauda a confiança nesta instituição, sem que ao objeto que suporta a proposta ora apresentada seja atribuído qualquer valor arquitetónico, ou mesmo fim a que se destine o imóvel, conforme pode ser retirado da audição do vídeo do encontro a que foi chamado “audição ou consulta pública”.

Não me opondo à preservação da escola das tílias, ou a qualquer solução acordada entre as partes que salvaguarde a posição do município e que respeite a outra parte, relativamente à proposta apresentada e que não cumpre esses requisitos votei contra.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

11327/16 – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – ANO 2017

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação referente à contração de um empréstimo a curto prazo.

A SABER:

«Serve a presente informação para apresentar o relatório final das propostas recebidas acerca da contratação do empréstimo de curto prazo até 500.000 €.

O empréstimo em causa foi aprovado em reunião de câmara de 31 de outubro de 2016 e mais tarde pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2016.

1. Conteúdo das propostas

1.1. Convites

Foram solicitadas propostas às seguintes Instituições Bancárias com estabelecimento no Entroncamento:

Caixa Geral de Depósitos

Banco Millenium BCP

Banco Santander Totta

Novo Banco
 Banco BPI
 Caixa de Crédito Agrícola Mutuo
 Montepio Geral

1.2. Consulta feita aos bancos

- Regime: Conta corrente
- Montante do empréstimo: até 500.000 euros
- Finalidade: Gestão de tesouraria
- Prazo de reembolso: Até 31/12/2017
- Utilização/Reembolso: livre (início de utilização previsto em janeiro de 2017)
- Indexante: Definido pela entidade, sendo considerado na análise a taxa fixada no prazo limite para a entrega das propostas.
- Pagamento de juros: mensal postecipado
- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: A definir pela entidade
- Garantias exigidas: De acordo com a legislação em vigor
- Formalização: Deve ser discriminado na proposta
- Prazo limite para entrega das propostas: 17,00 horas do dia 23/12/2016

2. Quadro comparativo das propostas

Bancos	Montante	Indexante	Spread	Comissões	Reembolso de capital	Regime	Pagamento de juros	Utilização / Reembolso	Garantias
Santander TOTTA	Até 500.000 €	Euribor a 12 meses	0,67%	Isenção Total	Até 31/12/2017	Conta-corrente	Mensal	Livre	As que decorrem da propria lei
CGD	Até 500.000 €	Euribor a 12 meses	0,90%	Comissão de processamento 4 € a prestação	Até 31/12/2017	Conta-corrente	Mensal	Livre	De acordo com a legislação em vigor
Crédito Agrícola	Até 500.000 €	Euribor a 12 meses	1,00%	Isento	Até 31/12/2017	Conta-corrente	Mensal	Livre	De acordo com a legislação em vigor
Millennium BCP	Até 500.000 €	Euribor a 6 meses	0,75%	Isenção total	Até 31/12/2017	Conta-corrente	Mensal	Livre	Não referido
BPI	Até 500.000 €	Euribor a 6 ou 12 meses	0,55%	Isenção total	Até 31/12/2017	Conta-corrente	Mensal	Livre	De acordo com a legislação em vigor
Montepio Geral	Até 500.000 €	Euribor a 6 meses	2,00%	Isenção total	Até 31/12/2017	Conta-corrente	Mensal	Livre	Sem garantias

Analisando o quadro comparativo, verifica-se que as entidades bancárias apresentam condições muito semelhantes, à exceção do “spread”, taxa que acresce à Euribor e que representa a remuneração da instituição financeira.

Este indicador surge-nos com um leque que varia entre 0,55 % do BPI e 2,00 % do Novo Banco.

Existem propostas com indexante Euribor a 6 M e os outros com Euribor a 12 M. Apenas o BPI dá possibilidade de escolha entre os 2 indexantes, sendo que a mais vantajosa à data da análise a Euribor a 6 M (apresenta taxa negativa de 0,217 %, sendo fixada em 0% tendo em conta as propostas das entidades).

3. Análise das propostas

Segue abaixo quadro resumo das propostas recebidas.

Bancos	Montante	Spread	Indexante (a)	Taxa Nominal	Encargos previsionais (ANO)	Comissoes	Encargos Totais (previsão)
BPI	Até 500.000 €	0,55%	0,000%	0,550%	2.750,00	0,00	2.750,00
Santander TOTTA	Até 500.000 €	0,67%	0,000%	0,670%	3.350,00	0,00	3.350,00
Millennium BCP	Até 500.000 €	0,75%	0,000%	0,750%	3.750,00	0,00	3.750,00
CGD	Até 500.000 €	0,90%	0,000%	0,900%	4.500,00	48,00	4.548,00
Crédito Agrícola	Até 500.000 €	1,00%	0,000%	1,000%	5.000,00	0,00	5.000,00
Montepio Geral	Até 500.000 €	2,00%	0,000%	2,000%	10.000,00	0,00	10.000,00

Analisando o quadro acima chega-se à conclusão que a proposta mais vantajosa para o Município é a apresentada pelo BPI, a qual acarretará um custo previsional de 2.750 €.

Tendo em conta que é difícil de prever que utilizações serão feitas ao longo do ano, a análise feita no quadro acima pressupõe um cenário de utilização total na primeira tranche e reembolso em 31/12/2017, contudo, os encargos previstos serão menores porque a utilização irá ser faseada e irá haver vários reembolsos do capital até ao final do prazo (maio, agosto e dezembro).

Em relação às comissões propõem isenção total à exceção da Caixa Geral de Depósitos (comissão de processamento de 4 €). Na análise considerou-se que vai haver 12 tranches, o que implica um custo de comissões no valor de 48 € /ano para a CGD.

Fixando a Euribor a 6 meses e a 12 meses a 23.12.2016 as taxas são as seguintes:

Euribor a 6 meses: - 0,217 %

Euribor a 12 meses: - 0,082 %

Tendo em conta que a Euribor a 6M é negativa considerou-se que a taxa a aplicar é 0% tendo em conta o referido na proposta dos concorrentes.

Feita a análise propõe-se que a câmara delibere:

Autorize a contratação deste financiamento junto do Banco BPI, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme análise feita na presente informação, para o montante solicitado até 500.000 €, SPREAD de 0,55 % e Euribor a 6 m, com isenção de quaisquer comissões, e a celebração do respetivo contrato.

1. Aprovar as cláusulas contratuais do contrato. Caso as cláusulas não sejam enviadas até à data da presente reunião solicita-se que a deliberação seja no sentido de delegar no Sr. Presidente a aprovação das mesmas, sendo sujeita a ratificação na próxima reunião de câmara.
2. Conforme foi referido anteriormente a Assembleia Municipal aprovou a contratação do empréstimo em causa na sua reunião de 30/11/2016 nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.»
- A Câmara, deliberou por maioria, autorizar a contratação deste financiamento junto do Banco BPI, no montante de 500.000€ e aprovar as cláusulas contratuais, de acordo com a informação.

6 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Matias, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 1 voto contra da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7**13896/16 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO DE 2017**

- Da Técnica Superior, Dr.^a Amélia Fernandes, da Divisão de Gestão Financeira, foi presente a seguinte informação referente à Constituição de Fundos de Maneio para o ano de 2017:

«Informo V.^a Ex.^a que, atento o art.º 3.º do Regulamento de Fundos de Maneio, torna-se necessário que a Exm.^a Câmara delibere no sentido de serem constituídos os Fundos de Maneio para o ano de 2017.

Propõe-se a criação dos seguintes fundos de maneio:

DETENTOR	SERVIÇO	VALOR (€)	FINALIDADE
Ana Paula da Silva Alves Cardoso	DGUO	250	Trocos
Gilda Maria da Conceição Pires Estriga	Habitação Social	100	Trocos
Policarpo Manuel Sousa Ferreira	Desporto	100	Trocos
António Carlos Pereira Louro	Mercados e Feiras	250	Trocos
Amílcar Fernando Maia Correia	Biblioteca	100	Trocos
Jorge Eduardo Marta e Silva da Costa	Águas e Saneamento	200	Trocos
Horácio Cunha Trincão Nazaré Duarte	Parque de Estac./TURE	1.100	Trocos
Aida Maria Martins Neves	Posto Turismo	20	Trocos
Aida Maria Martins Neves	CENPRE	30	Trocos
Hugo Miguel Carrondo Gonçalves	Divisão Gestão Financeira	3.000	Despesas urgentes e inadiáveis

Os fundos de maneio destinados a trocos não podem ser utilizados para realização de qualquer tipo de despesa.

No que diz respeito ao fundo de maneio destinado a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, torna-se necessário fazer a sua afetação segundo a natureza das correspondentes rubricas da classificação económica (n.º 1 do art.º 8 do Regulamento de Fundos de Maneio).

Sendo assim propõe-se a seguinte distribuição:

RUBRICA	VALOR (€)
02.01.21 - Outros bens	1.000
02.02.20 - Trabalhos especializados	750
02.02.25 - Outros serviços	1.250
TOTAL	3.000

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar a constituição de Fundos de Maneio para o ano de 2017.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES**PONTO 8****13091/16 - PROC.º DE OBRAS N.º 12/2014 – TIAGO EMANUEL DA ROSA ESTEVES – IMPLANTAÇÃO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO – DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO**

- Presente o processo de obras número 12/2014, em nome de Tiago Emanuel da Rosa Esteves, relativo ao destaque de uma parcela de terreno, sita na rua S. João de Deus em consequência da implantação do posto de transformação elétrico, conforme o projeto de arquitetura que junta.

O Técnico Superior, arquiteto José Tavares, prestou a seguinte informação:
«A presente proposta refere-se ao pedido de destaque de parcela de terreno para o domínio público local onde está implantado um posto de transformação (PT) da EDP.

A análise feita por estes serviços atesta que o projeto de arquitetura está em condições de merecer deferimento e, não se verificando a necessidade de mais elementos além dos já entregues, pode ser considerada a aprovação final.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura e todo o processo, de acordo com a informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9

12862/16 - PROC.º DE OBRAS N.º 04/2014 – JOÃO PEDRO DE MATOS DAMÂSO

- Presente o processo de obras número 04/2014, em nome de João Pedro de Matos Damâso, referente às alterações e ampliação na construção de uma moradia, no Casal Vidigal, lote 44, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitido em 28/12/2016.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ANEXOS

Ponto 3 (MGD 13549/16)

Anexo 3.1

Intervenção Da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha:

«Votarei favoravelmente tendo em atenção que o Sr. Presidente afirma que estão salvaguardados os interesses da cidade e das nossas associações e o protocolo não nos impõe nada contra, dando garantias da articulação na gestão dos meios.»

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«A proposta de protocolo é realmente muito genérica e admito que possa ser benéfica para o concelho.

Aliás, é precisamente o facto de ser muito genérica que permite que, caso a caso, sejam bem acautelados os interesses dos praticantes desportivos do nosso concelho.

Aceito, portanto, a sua aprovação, condicionada à reavaliação em tempo oportuno da sua prorrogação (ou não) para um segundo ano.»

Ponto 5 (MGD 4068/12)

Anexo 5.1

Intervenção Da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha:

«Tinha como questões prévias a esta deliberação:

1.ª – Saber se os segundos outorgantes do contrato promessa de permuta estão de acordo com o que é proposto deliberar? – o Sr. Presidente já respondeu que não.

2.ª – No ponto 26 do Memorando que nos é remetido diz: “Por ofício datado de 28.11.2016, foi transmitido à representante dos segundos outorgantes o sentido da consulta pública e das forças políticas representadas nos órgãos autárquicos.” –

Que “consulta pública” e que sentido, uma vez que não tivemos acesso ao conteúdo do documento, como de outros registados no sistema de gestão documental?»

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«A reabertura da discussão deste assunto e as consultas entretanto efetuadas permitiram-nos ponderar as opções em aberto, tendo em conta 3 pontos:

- o acordo inicial de permuta,
- a possibilidade de abrir uma nova praça bem dentro da cidade
- e a capacidade financeira do município para assumir novos encargos.

Sempre constou nos programas autárquicos do Bloco de Esquerda, para o nosso concelho, a criação e manutenção dos espaços intersticiais dentro do tecido urbano. Porquê?

Pela convivencialidade que proporcionam. Porque a rua, as praças, são uma condição objetiva para a afirmação da cidadania, são o espaço nobre em que todos se cruzam e em que, de facto, todos somos iguais. E ainda, de forma mais prosaica, mas não menos importante, porque as praças são espaços indispensáveis para a realização de um sem número de atividades comunitárias, como desporto informal, feiras, exposições, festas, convívios, manifestações diversas, iniciativas de índole religiosa, etc, etc.

Vem daí, aliás, a nossa reserva à ocupação de qualquer praça, com estruturas mais ou menos permanentes, para comércio ou outras. O espaço é para ser gerido de forma flexível, sim; mas é essencialmente para ser utilizado pela comunidade.

O estudo que nos foi apresentado das condições do contrato que levou à permuta da Escola das Tílias e terrenos adjacentes pelos terrenos onde foi construída a Escola do Bonito, abriu a possibilidade de, não só manter de pé o edifício da Escola (como é vontade expressa de muitos antigos alunos), como de abrir uma ampla praça, em frente à igreja de N.ª. S.ª. de Fátima.

Na verdade, trata-se de abrir um verdadeiro e amplo adro, no coração da cidade, libertando muito mais a vista da fachada da igreja. Trata-se de um valioso património espacial que se acrescenta à cidade.

A propósito, tomamos como apenas indicativa a planta que vem anexa a este processo, no que se refere ao espaço liberto de construção e mais próximo da igreja.

Não nos parece especialmente feliz a ocupação que aí é esboçada e julgamos que deve ser bem pensado o arranjo da nova praça. Justificar-se-á até a existência de um tempo para discussão pública sobre essa matéria, à semelhança para o debate que existiu para o futuro do próprio edifício da escola.

Considerando a existência de condições financeiras para o município tomar agora esta opção por uma nova praça, mantendo o edifício da escola e nos termos do contrato de permuta, o Bloco de Esquerda considera que não deverá perder-se esta oportunidade

Não nos revemos no segundo ponto dos considerandos da proposta, e fazemos questão de o assinalar, pois, em nossa opinião, a solução anteriormente adotada era compatível com o quadro urbanístico existente.

Simplesmente, pensamos é que a solução agora proposta é ainda melhor, pelo que a votaremos favoravelmente.»

Seguidamente, o Exmo. Presidente, leu o ofício enviado em 28.11.2016, à representante dos segundos outorgantes.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Assistente Técnica, na Secção da Secretaria Geral de Apoio aos Órgãos Autárquicos, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Assistente Técnica
